

PARLAMENTO EUROPEU



EDIÇÃO ESPECIAL

CONSELHO EUROPEU
23 e 24 de Março 2006
Bruxelas

DISCURSO DO PRESIDENTE JOSEP BORRELL FONTELLES
CONCLUSÕES DA PRESIDÊNCIA



01/S-2006

Direcção-Geral da Presidência

PT

PT

(Intranet) <http://www.europarl.ep.ec/bulletins> (Special Edition 2006)
(Internet) <http://www.europarl.eu.int/bulletins> (Special Edition 2006)

\\EPADES\PUBLIC\SOMMET\2006

DISCURSO DO PRESIDENTE

Discurso do Presidente do Parlamento Europeu ao Conselho Europeu - Março de 2006

Senhoras e Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Em cada um dos seis anos decorridos desde o Conselho Europeu que se reuniu em Lisboa em Março de 2000, a economia da zona euro cresceu abaixo dos 2 %.

Estamos muito longe de ser a economia mais dinâmica do mundo.

As perspectivas parecem hoje melhores, mas perdemos muito emprego durante estes anos de anemia. É urgente recuperá-lo.

Os cidadãos só se sentirão implicados no projecto europeu se a União for capaz de estimular um crescimento solidário e sustentado.

Para esse efeito, são necessárias reformas e políticas mais activas e mais bem coordenadas a nível europeu.

A energia, que ocupará um lugar central nos debates, deve ser uma delas.

O Parlamento Europeu observa com satisfação que a revisão da Estratégia Europeia para o Crescimento e o Emprego, que este Conselho impulsionou na Primavera do ano passado, se traduziu em Planos de Acção nacionais.

Trata-se de um avanço importante, mas insuficiente.

Importante, pelo facto de ser estabelecida uma distinção clara entre as competências nacionais e europeias. Começamos agora a rectificar a falta de competências nacionais e sociais na referida estratégia e a compreender melhor a sua mais-valia europeia.

Se tal não fosse o caso, não estariam agora Vossas Excelências reunidas aqui, no Conselho Europeu, para debater políticas que são, na sua maioria, da competência nacional.

Insuficiente, contudo, porque continua a assemelhar-se mais a um "business plan" meramente indicativo do que a um projecto para a sociedade europeia.

Os PNR carecem de objectivos quantificados e de meios concretos para os atingir. Apenas 11 dos 25 Estados-Membros estão dispostos a designar um responsável nacional para a Estratégia Europeia de Crescimento e Emprego.

Insuficiente, e mesmo incoerente, porque os compromissos assumidos no tocante aos domínios de acção que a Comissão considera prioritários são incompatíveis com o projecto de Perspectivas Financeiras 2007-2013.

DISCURSO DO PRESIDENTE

A Comissão manifestou a sua apreensão quanto aos cortes orçamentais que afectam programas fundamentais para esta estratégia:

- investigação e desenvolvimento: 20 mil milhões de euros,
- inovação: mil milhões de euros,
- educação e formação profissional: menos 50 %,
- pequenas e médias empresas: menos 40%,
- energia: nenhuma dotação suplementar,
- acções externas: menos 21%,
- redes transeuropeias: dotações claramente insuficientes...

Foi esta falta de coerência com os objectivos propostos por Vossas Excelências que levou a que proposta fosse rejeitada pelo Parlamento por ampla maioria.

Contudo, o Parlamento aceitou-a como base para as negociações interinstitucionais.

Estas negociações não avançaram muito. Ainda falta uma reunião do trílogo, mas subsistem divergências significativas no tocante à flexibilidade e aos recursos necessários para algumas políticas de despesa de particular importância europeia.

Se conferimos tanta importância a esta questão é porque nos confrontamos com um problema de credibilidade: a UE propõe-se continuamente novos objectivos e novos campos de acção, tanto nas suas políticas internas – investigação ou energia, por exemplo – como no seu papel de actor global, sem se dotar de meios suficientes para os atingir.

Senhoras e Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Evitem que aumente a decepção relativamente ao projecto europeu. Não criemos mais expectativas que não poderemos satisfazer e tentemos chegar a um acordo que nos permita alcançar as que já criámos.

Relembro que qualquer revisão intercalar das Perspectivas Financeiras requer o acordo do Parlamento Europeu.

Senhoras e Senhores Chefes de Estado e de Governo,

O Parlamento considera de importância primordial a realização do mercado interno e a livre circulação de capitais, bens, pessoas e serviços.

É por isso que se congratula com a decisão tomada recentemente por alguns Estados-Membros de renunciar à moratória sobre a livre circulação dos trabalhadores provenientes dos novos Estados-Membros.

O Parlamento convida os Estados que ainda o não fizeram a fazê-lo o mais depressa possível.

DISCURSO DO PRESIDENTE

Além disso, e após longas discussões, o Parlamento conseguiu acalmar as paixões que rodeavam o projecto de directiva sobre os serviços.

Numerosos equívocos suscitados pelo projecto foram dissipados. Alguns Estados-Membros tinham visto na directiva uma possibilidade de melhorar a sua competitividade no mercado interno. Outros viam nela uma ameaça de dumping social. A confusão entre prestação de serviços e estabelecimento permanente tinha falseado o debate.

O Parlamento conseguiu ultrapassar os antagonismos restringindo o âmbito de aplicação da directiva, nomeadamente suprimindo o princípio controverso do país de origem. Pôde assim gerar-se um consenso político, o que permitiu evitar um confronto entre antigos e novos Estados-Membros.

Cabe agora à Comissão apresentar ao Conselho uma proposta revista.

Peço-vos agora que não desbaratem um acordo elaborado de forma tão minuciosa e que permite o desenvolvimento de um mercado único dos serviços respeitando os sistemas sociais dos Estados-Membros.

O Parlamento pede igualmente que a Estratégia Europeia de Crescimento e Emprego respeite escrupulosamente o equilíbrio entre competitividade e dimensão social.

Tal equilíbrio é imprescindível para obter a adesão dos cidadãos e lutar contra a pobreza, problema enquistado na sociedade europeia e que afecta 15% da população, num momento em que este objectivo praticamente desapareceu das propostas da Comissão.

A combinação de flexibilidade e segurança é particularmente importante para combater o profundo sentimento de precariedade, realidade para uns e receio para outros, que está a alastrar entre muitos europeus.

As reformas são com frequência consideradas sinónimos de baixos salários e de emprego cada vez mais precário. Tal situação é susceptível de reforçar uma retracção que é contrária aos objectivos de abertura e adaptação ao mundo que queremos.

A luta contra a precariedade através de programas de formação deveria beneficiar prioritariamente os trabalhadores menos qualificados.

Contudo, os relatórios da Comissão demonstram o contrário: a proporção de trabalhadores subqualificados que acedem a estes programas mal chega aos 45% e chega a atingir os 20% em alguns países.

Vossas Excelências vão debater uma proposta muito importante da Presidência austríaca e da Comissão, cujo objectivo consiste em assegurar que a partir de 2007 seja possível oferecer a todos os jovens um emprego, uma aprendizagem ou uma formação que lhes permita integrar-se no mundo do trabalho.

DISCURSO DO PRESIDENTE

Se fosse necessário reter um só objectivo das Vossas conclusões, por vezes demasiado longas para serem bem compreendidas, esse objectivo deveria ser este. Mas não é suficiente enunciá-lo. Basta de "wishful thinking"! É necessário especificar o modo como esse objectivo pode ser atingido, definir um calendário e explicar o modo como vai ser efectuado o acompanhamento dos resultados obtidos em cada país.

Recordemos o Conselho Europeu de Barcelona em 2002. Para fomentar a natalidade, foi assumido o compromisso de aumentar em 33% os lugares nos jardins-escola para as crianças com menos de três anos, duplicando ao mesmo tempo o número de lugares para as crianças com mais de três anos, até à sua escolarização.

Este compromisso foi respeitado?

Alguém sabe? Ou, pelo menos, alguém se lembra de que este objectivo foi fixado?

Que não aconteça agora o mesmo com os nossos objectivos que, sendo igualmente louváveis, apenas farão apenas aumentar o cepticismo dos Europeus se forem rapidamente esquecidos.

Senhoras e Senhores Chefes de Estado e Governo,

O Parlamento considera que o crescimento económico requer um quadro macroeconómico adequado. É por isso que pede igualmente que se acabe com as estratégias de crescimento fragmentadas e que haja uma melhor coordenação das políticas económicas, orçamentais e fiscais.

Há que evitar que a concorrência fiscal entre Estados-Membros mine as bases da coesão social.

Além disso, os cidadãos devem poder compreender as regras de decisão da UE.

Como querem Vossas Excelências que os cidadãos entendam que para fixar a taxa do IVA sobre os bens não exportáveis, como a restauração ou a construção, seja necessário o acordo unânime dos Estados-Membros, quando a fiscalidade sobre o capital, factor determinante da competitividade dos territórios, é fixada livremente por cada Estado-Membro sem que a União tenha qualquer voto na matéria?

No que se refere ao envelhecimento da população e aos desafios demográficos, o Parlamento insiste na importância particular de que se reveste a política de imigração. É impossível definir qualquer estratégia de crescimento, emprego e coesão social sem ter devidamente em conta este parâmetro.

Sete anos depois de Tampere (1999), que progressos concretos alcançámos no domínio dessa política europeia de imigração cuja necessidade tem sido tantas vezes proclamada?

Muito poucos. Na realidade, a Europa continua a não ter uma política de *imigração*. Estamos a lidar com a *migração*, afastando o problema para lá das nossas fronteiras, enquanto o processo decisório no Conselho JAI se encontra numa situação de impasse.

DISCURSO DO PRESIDENTE

Imigração - o processo através do qual os migrantes entram na União Europeia - deve rimar com integração nos países de destino e cooperação para o desenvolvimento nos países de origem. Seria um erro grave ver a questão unicamente do ponto de vista da segurança ou como meio de resolver o problema do envelhecimento da nossa população.

E também não podemos deixar que o problema seja apenas resolvido pelos países do Mediterrâneo Sul, os países de trânsito ou na primeira linha de chegada.

A imigração é um problema europeu.

E a situação dos que batem à nossa porta torna-se cada vez mais dramática. Em 45 dias, entre 1200 e 1700 "boat people" da Mauritânia, a caminho das Canárias e à procura do Eldorado europeu, morreram afogadas nas águas do Atlântico.

A União Europeia tem que fazer frente aos novos negreiros dos nossos dias através de políticas adequadas e resolutas.

Senhoras e Senhores Chefes de Estado e de Governo:

No Conselho Europeu de Hampton Court, foi avançada a ideia de uma política energética europeia.

Seguiu-se a crise do gás entre a Rússia e a Ucrânia, que nos mostrou quanto estamos de facto dependentes da energia.

A Europa tomou consciência da sua vulnerabilidade em termos de energia. E uma série de OPAs e contra-OPAs salientaram a dimensão estratégica da energia para a soberania nacional.

O Livro Verde da Comissão está sobre a mesa. Actuemos rapidamente.

A energia é a expressão mesma das contradições em que União Europeia actualmente vive.

Como reconciliar a soberania dos Estados-Membros com a necessidade vital de responder a problemas comuns?

Que fazer?

Em primeiro lugar, a energia deve tornar-se um elemento básico da política externa da União. O PE advoga-o firmemente, a fim de contribuir para a segurança do abastecimento.

Devemos agir com determinação para melhorar a eficiência energética, de molde a poupar 20% do consumo. Todavia, tal exigirá muitas mudanças nos preços relativos e nos hábitos sociais.

Devemos debater igualmente a questão do "cabaz energético" - uma questão muito sensível, que se encontra também no cerne da soberania nacional.

DISCURSO DO PRESIDENTE

O Parlamento Europeu considera que, a longo prazo, não poderá existir segurança energética sem energias renováveis. A nossa capacidade tecnológica neste domínio deve ser utilizada no desenvolvimento dos países emergentes, que irá mudar o mapa energético mundial.

Simultaneamente, o PE reconhece o papel desempenhado pela energia nuclear para assegurar o abastecimento de electricidade. Contribuí para a redução do CO², embora suscite outros problemas de carácter ambiental. É necessário abandonar os tabus e abrir o debate.

Todavia, a questão da energia depara com um problema crucial: não existe, na realidade, uma política energética europeia, apenas existe uma política de concorrência aplicada à energia.

E essa política de concorrência é aplicada a um mercado que não é integrado, a que faltam interconexões transfronteiriças e em que a liberalização do sector da electricidade não está a produzir os resultados anunciados.

Os consumidores não viram quaisquer benefícios em termos de preços mais baixos ou de uma melhoria da qualidade dos serviços. A economia da UE no seu conjunto não está a beneficiar em termos de maior competitividade nem de uma redução dos preços.

Os antigos monopólios continuam a dominar os mercados, não existe uma concorrência transfronteiriça significativa, os novos actores não obtêm as capacidades de trânsito necessárias para o gás e a electricidade, as interconexões são insuficientes e os grandes consumidores estão frequentemente vinculados a contratos de longo prazo anteriores à liberalização.

Não é assim de admirar que a Europa do grande mercado se esteja a tornar um pugilato nacionalista entre países que encaram a energia como um problema estratégico, mas apenas a nível nacional.

O Parlamento Europeu expressou, por uma maioria esmagadora, a sua preocupação face às medidas defensivas e protectoras adoptadas pelos Governos, que contrariam a mobilidade do capital e o direito ao estabelecimento. O Parlamento instou a Comissão a actuar com firmeza em defesa do mercado interno, designadamente no que se refere à energia e aos serviços financeiros.

A Comissão deseja mais concorrentes, para que haja mais concorrência. Mas, na realidade, as fusões prosseguem, quer queiramos quer não.

A questão que se coloca é a de saber se estas operações a nível nacional ou europeu e qual será o âmbito de regulação adequado.

Que papel poderá desempenhar a concorrência no sector da electricidade e qual é o papel do serviço público?

Vossas Excelências iniciarão hoje um debate de importância vital para o futuro da Europa. O Parlamento Europeu participará activamente nesse debate, pois a adopção de uma política energética europeia exigirá muita energia política.

* * *

DISCURSO DO PRESIDENTE

Não posso terminar a minha intervenção sem dizer algumas palavras sobre o Médio Oriente, na minha qualidade de Presidente da Assembleia Parlamentar Euromediterrânica (APEM), que reunirá na próxima semana em Bruxelas.

Senhoras e Senhores Chefes de Estado e de Governo:

O nosso malogro relativo no relançamento da associação com os países da Bacia do Mediterrâneo abriu o terreno para os defensores do "choque das civilizações". E, a julgar pelos resultados das eleições realizadas no mundo árabe nos últimos meses, há muitos que apoiam esse choque na Palestina, no Egipto, no Iraque e, talvez, em breve noutros países.

A declaração da Mesa da APEM, de 6 de Fevereiro, foi a primeira declaração conjunta sobre a crise dos cartoons, demonstrando a utilidade da Assembleia Euromed como instrumento de diálogo e cooperação.

Todavia, no mesmo contexto, a retirada dos observadores internacionais e o subsequente ataque à prisão de Jericó, que impediu o Presidente Abbas de falar perante o Parlamento Europeu, ofereceu aos islamistas da região mais imagens de apoio às suas ideias.

Na próxima segunda-feira, na nossa qualidade de parlamentares da Europa e da região, faremos todos os possíveis para continuar a criar um clima de diálogo. Para esse efeito, é indispensável que sejam rectificadas os cortes orçamentais que afectam os programas MEDA. Depois da imagem deixada por Barcelona 2005 de "uma parceria sem parceiros", esses cortes poderão acabar por destruir a credibilidade do processo euromediterrânico.

A ajuda do Conselho e da Comissão, ao nível adequado, seria de grande utilidade para esse efeito e reforçaria a cooperação interinstitucional que o Parlamento, uma vez mais, oferece ao Conselho.

Agradeço a oportunidade de me dirigir a Vossas Excelências e desejo a todos um trabalho coroadado de êxito.